Louvor n.º 729/2006

Nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do RDM, avoco o louvor concedido ao cabo-adjunto SAS Susana Cristina Martins Rebelo pelo chefe do meu Gabinete.

20 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

Louvor n.º 730/2006

Louvo o cabo V David João Gonçalves Amorim pela forma exemplar como há mais de quatro anos tem desempenhado as funções de meu condutor, manifestando no exercício das mesmas, bem como no tratamento da viatura que tem distribuída, grande competência, zelo e dedicação.

Muito atento no cumprimento seus deveres, manifestou sempre grande disponibilidade para o serviço, escrupulosa pontualidade e desembaraço, qualidades que muito me apraz registar.

Pelo merecimento que a sua conduta revela, entendo justificar-se a concessão do presente louvor ao cabo V Gonçalves Amorim, cujos serviços qualifico de elevado mérito.

20 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

Louvor n.º 731/2006

Nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do RDM, avoco o louvor concedido à auxiliar de serviços Fernanda Ascensão Filipe Oliveira pelo chefe do meu Gabinete.

20 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, almirante.

EXÉRCITO**Comando do Pessoal****Direcção de Administração de Recursos Humanos****Repartição de Pessoal Civil****Despacho (extracto) n.º 26 047/2006**

Por despacho de 17 de Outubro de 2006 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada, foi Susana Margarida Mascarenhas Dias, auxiliar de acção médica, pertencente ao quadro de pessoal civil do Exército, nomeada por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), ficando colocada na Escola de Serviço de Saúde Militar (ESSM).

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 1, índice 199, sendo os efeitos reportados a 14 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

FORÇA AÉREA**Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea****Portaria n.º 1923/2006**

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os oficiais em seguida mencionados sejam promovidos ao posto que lhes vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *d*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 3 do artigo 253.º do mesmo Estatuto:

Capitão:

Quadro de oficiais PILAV:

TEN PILAV 112060-D, Bruno Manuel Lopes da Silva Ribeiro, BA 5.
TEN PILAV 112059-L, Nuno André Barros Monteiro da Silva, BA 11.

TEN PILAV 125374-D, Fernando José Correia Lopes, BA 6.
TEN PILAV 112063-J, António João Alves de Campos, BA 5.
TEN PILAV 111403-E, Pedro Miguel Oliveira da Silva, BA 11.
TEN PILAV 125392-B, João Frederico da Silva Dias Alves, BA 11.
TEN PILAV 112070-A, Mário Pedro Gonçalves Marcão, BA 11.
TEN PILAV 112076-L, Marco Paulo Martinho Fernandes Carvalho, BA 1.
TEN PILAV 111499-K, Rui Pedro Rodrigues Santana, BA 6.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2006.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Portaria n.º 1924/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *d*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 3 do artigo 255.º do mesmo Estatuto:

Capitão:

Quadro de oficiais TMMEL:

TEN TMMEL 111880-D, Miguel Jorge Morgado Simões, CME.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 2 de Outubro de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Portaria n.º 1925/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os oficiais em seguida mencionados sejam promovidos ao posto que lhes vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *d*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 3 do artigo 254.º do mesmo Estatuto:

Capitão:

Quadro de oficiais ENGAER:

TEN ENGAER 112091-D, João Pedro Baptista Pereira da Silva, CLAFA.

TEN ENGAER 112090-F, Carlos Manuel Baptista Pereira da Silva, AFA.

TEN ENGAER 125454-F, José António Canastreiro Costa, DMA.

Quadro de oficiais ENGEL:

TEN ENGEL 112062-L, Gonçalo Correia Fernandes Beato de Carvalho, DE.

TEN ENGEL 125396-E, António Pedro Ribeiro Boaventura e Silva, DMA.

Quadro de oficiais MED:

TEN MED 132344-L, Micaela Teresa da Silva Gomes Machado, DS.

TEN MED 132342-D, Olívia Fátima da Silva Souza, DS.

TEN MED 132347-E, Ricardo José da Mata Antunes, BA 5.

Quadro de oficiais ADMAER:

TEN ADMAER 125647-F, Mário Alberto Courinha de Almeida Vaz, COFA.

Quadro de oficiais JUR:

TEN JUR 130920-L, João Manuel Dias Moreira, DP.

TEN JUR 130003-C, Alexandre Miguel Fazendas Borges Leite, AFA.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2006.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Portaria n.º 1926/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os oficiais em seguida mencionados sejam promovidos ao posto que lhes vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea e) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 2 do artigo 254.º do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais ADMAER:

Tenente:

ALF ADMAER Q 129909-D, Helga Soraia Silva Novais, COFA.
ALF ADMAER Q 129888-H, Ivo Tiago Mestre Alves, DFFA.
TENG ADMAER Q 125837-A, Hugo Duarte Henrique, CFMTFA.
ALF ADMAER Q 129878-L, Ricardo Jorge Pinto Peleja, BA 11.
ALF ADMAER Q 129879-J, Nélson Miguel Henriques Gaspar, BA 5.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2006.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 048/2006

1 — Nos termos do artigo 165.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, delegeo no Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro, as seguintes competências:

- Formular, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, o pedido de extradição de pessoa contra a qual exista processo pendente em tribunal português;
- Apreciar a decisão transitada favorável do pedido de delegação num Estado estrangeiro da instauração ou continuação de procedimento penal instaurado em Portugal, bem como efectuar o respectivo pedido ao Estado estrangeiro, nos termos do n.º 6 do artigo 91.º e do artigo 92.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto;
- Decidir acerca de pedido de delegação da execução de sentença num Estado estrangeiro, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 107.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto;
- Apreciar o pedido de transferência de pessoa condenada para o estrangeiro, bem como solicitar as informações que considere necessárias, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 118.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto;
- Praticar actos no âmbito de pedidos de cooperação formulados por Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 141.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto;
- Autorizar a deslocação de autoridades judiciárias e órgãos de polícia criminal estrangeiros com vista à participação em actos de carácter processual penal que devam realizar-se em território português, excepto quando a deslocação respeitar exclusivamente a autoridade ou órgão de polícia criminal, nos termos dos n.ºs 5 e 8 do artigo 145.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

12 de Dezembro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Serviços Sociais

Despacho (extracto) n.º 26 049/2006

Por meu despacho de 29 de Novembro de 2006, no uso de delegação de competências concedida por deliberação do conselho de direcção, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 22 de Junho de 2006, são destacados, obtida a anuência do serviço de origem, para os Serviços Sociais do Ministério da Justiça, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 9 de Outubro de 2006, Eduardo Bandeira Garces Júnior, assistente administrativo especialista, Iria Simões Martins Costa, assistente administrativa especialista, e Paula Cristina Cabral Santos Saragoça, assistente administrativa principal, e com efeitos a 27 de Novembro de 2006, Isabel Maria Magalhães Rustangy, chefe de secção, e Carlos Manuel Corado Alcobia, assistente administrativo principal, todos do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Dezembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Direcção, por delegação de competências, *João Carlos Ouro Sardinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 26 050/2006

Veio a Águas do Ave, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Ave, criada pelo Decreto-Lei n.º 135/2002, de 14 de Maio, requerer a declaração de utilidade pública da constituição da servidão administrativa com carácter de urgência sobre 36 parcelas de terreno situadas no concelho de Guimarães, tendo em vista a construção do interceptor de Pontes, integrado na frente de drenagem de Serzedelo (FD5), inserida no sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Vale do Ave.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, do artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 155/DSJ/2006, de 18 de Setembro, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — As 36 parcelas de terreno identificadas no mapa que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante ficam, de ora em diante oneradas com carácter permanente pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor da Águas do Ave, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 135/2002, de 14 de Maio.

2 — A servidão a que se refere o número anterior incide sobre uma faixa de 3 m de largura e implica:

- A ocupação permanente do subsolo na zona de instalação do interceptor de drenagem de águas residuais e respectivos acessórios, incluindo as caixas de visita previstas no projecto;
- A proibição de escavações, edificação de qualquer tipo de estrutura duradoura ou precária e de plantação de árvores e arbustos cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,4 m.

3 — É permitida a ocupação e utilização temporária de uma faixa de trabalho de 10 m de largura (5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta) durante a fase de instalação do interceptor.

4 — Os respectivos actuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou qualquer outro título possuidores dos terrenos ficam obrigados, da presente data em diante, a reconhecerem a servidão administrativa de aqueduto público ora constituída, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, mantendo livre a respectiva área, e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pela entidade beneficiária da servidão, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

5 — Os encargos com servidão administrativa constituída são da responsabilidade da sociedade Águas do Ave, S. A.

9 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.